



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

RELATÓRIO DE EXAME TÉCNICO

N.º do Pedido: PI1010491-7 **N.º de Depósito PCT:**
Data de Depósito: 30/12/2010
Prioridade Unionista: -
Depositante: Universidade Federal de Minas Gerais (BRMG) , Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG (BRMG)
Inventor: Claudio Luis Donnici, Carlos Alberto Montanari, Míriam Teresa Paz Lopes, Maria Aparecida de Resende, Vera Lúcia de Almeida, Láuris Lúcia da Silva, Luciano José Nogueira, Sheila Rodrigues Oliveira
Título: "Precursores dendrímeros bis-funcionalizados, com atividade antimicrobiana e antitumoral e processo de preparação "

PARECER

Registre-se que o presente pedido observa as disposições legais devidamente constituídas na vigência do artigo 229-C da Lei nº 10.196/2001, que modificou a Lei nº 9.279/1996 (LPI), revogado pela Lei nº 14.195/2021. Posto isto, de acordo com esse artigo 229C da LPI, a concessão da patente está condicionada à anuência prévia da ANVISA. Considerando a Portaria Interministerial nº 1065, de 24/05/2012, que altera o fluxo de análise para pedidos de patentes de produtos e processos farmacêuticos, o PI1010491-7 foi encaminhado à ANVISA para as providências cabíveis (despacho 7.4, RPI nº 2580, de 16/06/2020). Conforme parecer técnico N° 055/2021/COOPI/GGMED/ANVISA de 08/03/2021, o pedido obteve anuência referente à previsão do art. 229-C da LPI. Desta forma, será dado prosseguimento ao exame.

Em 15/09/2021, por meio da petição 870210085203, o Depositante apresentou modificações no pedido em resposta ao parecer emitido no âmbito da Resolução Nº 240/2019, notificado na RPI 2633, de 22/06/2021, segundo a exigência preliminar (6.22).

Quadro 1 – Páginas do pedido examinadas			
Elemento	Páginas	n.º da Petição	Data
Relatório Descritivo	1-45	014100004580	30/12/2010
Quadro Reivindicatório	1-6	870210085203	15/09/2021
Desenhos	1-2	014100004580	30/12/2010
Resumo	1	014100004580	30/12/2010
Quadro 2 – Considerações referentes aos Artigos 10, 18, 22 e 32 da Lei n.º 9.279 de 14 de maio de 1996 – LPI			
Artigos da LPI	Sim	Não	
A matéria enquadra-se no art. 10 da LPI (não se considera invenção)		x	

A matéria enquadra-se no art. 18 da LPI (não é patenteável)		x
O pedido apresenta Unidade de Invenção (art. 22 da LPI)	x	
O pedido está de acordo com disposto no art. 32 da LPI	x	
Quadro 3 – Considerações referentes aos Artigos 24 e 25 da LPI		
Artigos da LPI	Sim	Não
O relatório descritivo está de acordo com disposto no art. 24 da LPI	x	
O quadro reivindicatório está de acordo com disposto no art. 25 da LPI	x	
Quadro 4 – Documentos citados no parecer		
Código	Documento	Data de publicação
-	-	-
Quadro 5 – Análise dos Requisitos de Patenteabilidade (Arts. 8.º, 11, 13 e 15 da LPI)		
Requisito de Patenteabilidade	Cumprimento	Reivindicações
Aplicação Industrial	Sim	1-12
	Não	-
Novidade	Sim	1-12
	Não	-
Atividade Inventiva	Sim	1-12
	Não	-

Conclusão

A matéria reivindicada apresenta novidade, atividade inventiva e aplicação industrial (Art. 8º da LPI), e o pedido está de acordo com a legislação vigente, encontrando-se em condições de obter a patente pleiteada. Assim sendo, defiro o presente pedido como Patente de Invenção, devendo integrar a Carta Patente **os documentos que constam no Quadro 1 deste parecer, exceto o resumo.**

Para a concessão da patente o depositante deverá efetuar o pagamento da retribuição e a respectiva comprovação correspondente à expedição da carta-patente, conforme os prazos estabelecidos no Artigo 38 da LPI.

Publique-se o deferimento (9.1).

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2021.

André Luiz da Silva Moura
 Pesquisador/ Mat. Nº 1609273
 DIRPA / CGPAT I/DIFAR-II
 Deleg. Comp. - Port. INPI/DIRPA Nº 001/15